

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) **53300018774**

Código da Natureza Jurídica **2054**

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

Nº D: **JCDF - SEDE**
SEDE - JCDF

24 ABR 2019

19/084.168-1

1 - REQUERIMENTO

Nome: **ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal**
ELFA MEDICAMENTOS S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP **DF2201900030501**

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007		ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
	019	1	ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA Local **139**

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do
Nome: **JANAINA MALUF DICHINI PAVAN**
Assinatura: *[assinatura]*
Telefone de contato: **(11) 4890-2024**

12 Abril 2019
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM SIM

Processo em Ordem A decisão

_____/_____/_____
Data

Responsável

NÃO NÃO

Data: **JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1268976
EM 29/04/2019 DA EMPRESA: 5330001877-4.

DECISÃO SINGULAR **ELFA MEDICAMENTOS S.A.**

Processo em exigência. Protocolo: **19/084.168-1 EM 24/04/2019**

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

4ª Exigência 5ª Exigência

_____/_____/_____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

26 ABR 2019
Data

Gáudio Teófilo de Lima
Vogal Titular da JCDF

Bento de Matos Félix
Vogal Titular da JCDF

2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

Vogal Turma

OBSERVAÇÕES

13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04501-081 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/A Econômico a(s) firma(s) de
JANAINA MALLF FICHININ (0629046).

São Paulo, 23 de Abril de 2019, às 15h, da verdade.
RENATO CARLOS DE SOUZA - ESCRIVÃO Nº 0048/230419
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$ 6,75
1098AB0658136



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1268976 em 29/04/2019 da Empresa ELFA MEDICAMENTOS S.A., Nire 53300018774 e protocolo 190841681 - 24/04/2019. Autenticação: 9AF1645988ABB72C8DA5831F8FBC6E698B2DD5C. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/084.168-1 e o código de segurança S64E Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ELFA MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.053.134/0001-45
NIRE 53.300.018.774

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2019**

1. Data, Hora e Local. Realizada em 12 de abril 2019, às 11:00 horas, na sede social da Elfa Medicamentos S.A. ("Companhia"), no Município de Brasília, Gama, Distrito Federal, Intersecção da Rodovia DF 001 com a rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte (Condomínio de Galpões SYS Gama Business Park), CEP 72427-010.

2. Convocação e Presença. Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. Mesa. Presidente: Nórberto Whitaker Sobral Jannuzzi; Secretária: Janaína Maluf Pichinin Pavan.

4. Ordem do dia. Reuniram-se os acionistas para discutir, deliberar e votar sobre:

- (i) a alteração de determinadas alçadas do Conselho de Administração da Companhia;
- (ii) a alteração dos cargos que compõem a Diretoria da Companhia;
- (iii) a alteração da forma de outorga de procurações e de representação da Companhia perante terceiros; e
- (iv) a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

5. Deliberações. Os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram o quanto segue:

5.1. Aprovaram a alteração das competências atribuídas ao Conselho de Administração da Companhia, para que o Conselho de Administração aprove (i) a constituição de ônus sobre quaisquer ativos da Companhia e/ou das sociedades controladas pela Companhia para garantia de obrigações de, exceto em relação a obrigações de subsidiárias da Companhia garantidas pela Companhia e/ou outras subsidiárias da Companhia (inclusive mediante constituição de ônus reais) ou obrigações da Companhia garantidas por uma ou mais de suas subsidiárias (inclusive mediante constituição de ônus reais), as quais, em qualquer caso, não estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração; e (ii) a concessão, pela Companhia e/ou pelas sociedades controladas pela Companhia, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, exceto em relação a obrigações de subsidiárias da Companhia garantidas pela Companhia e/ou outras subsidiárias da Companhia ou obrigações da Companhia garantidas por uma ou mais de suas subsidiárias, as quais, em qualquer caso, não estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração. Aprovaram, a exclusão do Item (xv) do Artigo 15 ("aprovar a contratação de qualquer pessoa física ou jurídica pela Companhia e/ou pelas sociedades controladas pela Companhia cujo valor total de contratação, somados salários, bonificações e quaisquer benefícios, seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil



reais) por ano, exceto se previsto no Plano de Negócios ou no Orçamento da Companhia”) do rol de atribuições do Conselho, com a correspondente alteração ao Parágrafo 2º do referido Artigo 15.

5.1.1. Em razão da deliberação do item 5.1 acima, o Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 15. Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades controladas pela Companhia;
- (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia, determinando suas atribuições e funções, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, podendo, para tanto, a qualquer tempo, examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos da Companhia;
- (iv) convocar a Assembleia Geral da Companhia, nos casos previstos em lei, nesse Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia, e sempre que julgar conveniente e oportuno;
- (v) manifestar-se a respeito do relatório da administração e das contas da Diretoria;
- (vi) elaborar e aprovar o Orçamento e o Plano de Negócios da Companhia, bem como qualquer de suas alterações;
- (vii) decidir pela contratação, escolha e destituição de auditores independentes da Companhia;
- (viii) aprovar a distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia;
- (ix) constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia e/ou pelas sociedades controladas pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, com exceção daquelas previstas nos termos do Acordo de Acionistas, associações e/ou joint ventures, bem como permitir o ingresso de qualquer pessoa no capital social das sociedades controladas pela Companhia e/ou nos resultados ou lucros dessas sociedades;
- (x) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- (xi) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia, em valor superior, em uma ou mais operações relacionadas, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xii) aprovar a constituição de ônus sobre quaisquer ativos da Companhia e/ou das sociedades controladas pela Companhia para garantia de obrigações de terceiros e/ou de partes relacionadas, exceto em relação a obrigações de subsidiárias da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas pela Companhia e/ou outras subsidiárias da Companhia (inclusive mediante constituição de ônus reais) ou obrigações da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas por uma ou mais de suas subsidiárias (inclusive mediante constituição de ônus reais), as quais, em qualquer caso, não estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração;
- (xiii) aprovar a concessão, pela Companhia e/ou pelas sociedades controladas pela Companhia, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de



terceiros, exceto em relação a obrigações de subsidiárias da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas pela Companhia e/ou outras subsidiárias da Companhia ou obrigações da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais, em uma ou mais operações relacionadas, por uma ou mais de suas subsidiárias, as quais, em qualquer caso, não estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração;

(xiv) aprovar a realização de qualquer operação envolvendo a Companhia e/ou as sociedades controladas pela Companhia e suas partes relacionadas, com exceção daquelas previstas neste Estatuto Social e nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia;

(xv) aprovar (a) a contratação de quaisquer empréstimos e endividamentos, em valor superior, em uma ou mais operações relacionadas, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou (b) realização de quaisquer despesas em valor superior, em uma ou mais operações relacionadas, a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e que não estejam previstas no Plano de Negócios; e

(xvi) aprovar o exercício do direito de voto da Companhia, em qualquer sociedade na qual a Companhia detenha ou venha a deter participação direta ou indireta, em especial com relação às matérias mencionadas nos Artigos 15 e no Parágrafo Único do Artigo 7º.

Parágrafo 1º. Os valores previstos no Artigo 15 acima serão corrigidos anualmente, no mês de janeiro, pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Parágrafo 2º. As matérias constantes dos itens "(ix)", "(x)", "(xii)", "(xiii)" e "(xiv)" do Artigo 15 acima sempre exigirão a aprovação de, no mínimo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. O exercício do direito a voto, pela Companhia nas sociedades controladas pela Companhia, com relação às matérias constantes do item "(ii)" do Parágrafo Único do Artigo 7º desse Estatuto sempre exigirão a aprovação de, no mínimo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração."

5.2. Aprovaram a alteração da composição da Diretoria da Companhia, que passará a ser composta por, no mínimo, 5 (cinco) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Planejamento Estratégico, 1 (um) Diretor Jurídico e de Compliance e os demais Diretores sem designação específica. 

5.2.1. Aprovaram, ainda, que na ausência ou no impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas interinamente pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração, inclusive para fins de representação obrigatória da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros. 

5.2.2. Em razão das deliberações dos itens 5.2 e 5.2.1 acima, o Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 16. A Diretoria será composta por, no mínimo, 5 (cinco) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Planejamento Estratégico, 1 (um) Diretor Jurídico e de Compliance e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, a qualquer tempo, em reunião própria convocada para este fim, mediante aprovação da maioria dos seus membros, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução.



Parágrafo 2º. *Na ausência ou no impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas interinamente pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração, inclusive para fins de representação obrigatória prevista no Artigo 19.*

Parágrafo 3º. *Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em Reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso."*

5.3. Aprovaram a alteração da forma de representação da Companhia perante terceiros, de modo que a Companhia poderá ser representada por (i) 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou, alternativamente, o Diretor Jurídico e de Compliance; (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; (iii) isoladamente, por 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos, para a participação em processos licitatórios, dispensas de licitação e outros processos de vendas públicas nos termos da lei vigente; ou, ainda, (iv) perante órgãos públicos nos casos em que não houver assunção de obrigações pela Companhia, por 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos, isoladamente.

5.3.1. Em razão das deliberações do item 5.3 acima, o Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 19. *A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, será realizada por:*

(i) 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou, alternativamente, o Diretor Jurídico e de Compliance;

(ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos;

(iii) isoladamente, por 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos, para a participação em processos licitatórios, dispensas de licitação e outros processos de vendas públicas nos termos da lei vigente; ou

(iv) perante órgãos públicos nos casos em que não houver assunção de obrigações pela Companhia, por 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos, isoladamente.

5.4. Aprovaram a alteração dos requisitos para a outorga de procurações pela Companhia, de modo que as procurações poderão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou, alternativamente, o Diretor Jurídico e de Compliance. 

5.4.1. Em razão da deliberação do item 5.4 acima, o Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 20. *As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou, alternativamente, o Diretor Jurídico e de Compliance, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano."* 

5.5. Autorizaram os administradores da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para efetivar e cumprir as deliberações ora tomadas, inclusive, mas sem limitação, assinar todos e quaisquer documentos e proceder a todos os registros e averbações nos órgãos públicos e privados que se façam necessários para tal fim.





5.6. Aprovaram, por fim, a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata.

6. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Mesa: Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi, Presidente e Janaina Maluf Pichinin Pavan, Secretária.

Acionistas Presentes: Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (por Pátria Investimentos Ltda.); Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, (por Pátria Investimentos Ltda.); JMV Participações e Gestão de Bens S.A.; Elmo Lopes Fernandes de Assis, Edalmo Leite Fernandes de Assis, Evelyn Assis Mendonça, Luis Renato Guimarães Liveri.

Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.

Brasília, 12 de abril de 2019.

Mesa:



Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi
Presidente



Janaina Maluf Pichinin Pavan
Secretária

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - BEL AVELINO LUIS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN BAURISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço, por Semelhança C/V. Econômico, a(s) firma(s) de
JANAINA MALUF PICHININ PAVAN (0629066), NORBERTO WHITAKER
SOBRAL JANNUZZI (0505093)
São Paulo, 23 de Abril de 2019. Em test. da verdade
RENATO CARLOS DE BRUZA - ESCRIVÃO Nº 0019/230419
Válido somente com o Selo de Autenticidade Nº 1098A0050268 - Valor: R\$19,00



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1268976 em 29/04/2019 da Empresa ELFA MEDICAMENTOS S.A., Nire 53300018774 e protocolo 190841681 - 24/04/2019. Autenticação: 9AF1645988ABB72C8DA5831F8FBC6E698B2DD5C. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/084.168-1 e o código de segurança S64E Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.


SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA ELFA MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.053.134/0001-45
NIRE 53.300.018.774

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO

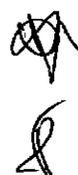
Artigo 1º. A Elfa Medicamentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de Brasília, Gama, Distrito Federal, Intersecção da Rodovia DF 001 com a Rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte, CEP 72427-010 (Condomínio de Galpões SYS Gama Business Park).

Parágrafo Único. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos, para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º. Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social (a) o comércio atacadista, importação, exportação e representação de medicamentos, produtos farmacêuticos e material hospitalar e atividade de transporte; (b) a importação, exportação e distribuição de máquinas, equipamentos em geral, material médico, cirúrgico, hospitalar, laboratorial, EPI (Equipamento de Proteção Individual), bem como as operações de importação por conta de ordem de terceiros; (c) importação e exportação por conta própria ou por conta de ordem de terceiros ou encomenda, bem como, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos acabados, insumos e matéria prima em geral, bebidas em geral (alcoólicas ou não), e vinagres em geral, máquinas e equipamentos gráficos de impressão e acabamento, medicamentos e insumos farmacêuticos, cosméticos e produtos de higiene, saneantes, produtos para saúde e domissanitários; (d) serviços de assessoria de comércio exterior e participações, serviços auxiliares e complementares ao transporte marítimo (NVOCC), atividades de despachantes aduaneiros, serviços de comissária de despachos, agenciamento de carga aérea e serviços administrativos para terceiros; (e) transporte nacional e internacional porta a porta, de remessas expressas ou documentos e mercadorias de caráter urgente, na importação e na exportação, pelo sistema "on board courier" ou de carga despachada sob conhecimento aéreo; (f) desenvolvimento, exploração e gestão, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, de (i) atividades de transporte multimodal e logística integrada, incluindo: prestação de serviços de administração e gestão de estoque de hospitais e sistemas de saúde, administração e gestão de fluxo de materiais diversos, depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis, depósito de medicamentos, depósito de correlatos, depósito de medicamentos sob controle especial, depósito de cosméticos e depósito de saneantes domissanitários; (ii) transporte rodoviário municipal, intermunicipal, interestadual, nacional e internacional de encomendas e cargas expressas e cargas gerais; (iii) agenciamento de cargas aérea, ferroviária e aquaviária (fluvial, lacustre e marítima), nacional e internacional; (iv) atividades de depósitos de mercadorias para terceiros,



atividades no segmento de armazenamento e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, seus correlatos, , medicamentos sob controle especial, produtos dietéticos, nutrimentos, produtos de higiene, perfumes, cosméticos, saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes), seus aditivos matérias-primas, produtos semielaborados e também a granel e acabados, medicamentos similares, equivalentes, genéricos e de referência, produtos farmacêuticos intercambiáveis, bioequivalentes, biodisponíveis, termolábeis; (v) transporte rodoviário de produtos imunobiológicos, transporte rodoviário de equipamentos eletrônicos e médico-hospitalares, transporte de medicamentos secos, medicamentos perecíveis, medicamentos humanos e medicamentos veterinários, transporte de soros e vacinas, transporte de insumos críticos em saúde e insumos de prevenção, transporte de kits de diagnósticos, transporte de gêneros alimentícios secos e perecíveis, em geral, transporte de cargas e encomendas em geral; (g) comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; (h) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico hospitalar; partes e peças; e (i) participação em outras sociedade, como sócia ou acionista.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, crédito e/ou bens, é de R\$ 312.016.650,66 (trezentos e doze milhões, dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos) dividido em 242.875.200 (duzentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e duzentas) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia e deverá respeitar o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo 2º. A não integralização pelos acionistas de parte ou da totalidade do capital subscrito, sujeitará o acionista remisso a arcar com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e de multa de 3% (três por cento) sobre o valor corrigido, a qual será aumentada em 1% (um por cento) para cada semana de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento).

Parágrafo 3º. As ações ordinárias não serão conversíveis em outra classe ou espécie de ações de emissão da Companhia e conferirão a seus titulares os seguintes direitos e vantagens:

- (i) cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia, convocada, instalada e realizada nos termos desse Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia;
- (ii) as ações ordinárias são irredimíveis e não serão passíveis de amortização;
- (iii) as ações ordinárias conferirão aos seus titulares o direito a receber a parcela do lucro líquido ajustado do exercício que for declarada como dividendo e/ou juros sobre capital próprio; e
- (iv) as ações ordinárias participarão dos aumentos de capital da Companhia, inclusive com capitalização de lucros ou reservas.

Parágrafo 4º. É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias.

Parágrafo 5º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$



600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), corrigidos pela variação positiva do IPCA desde 1º de dezembro de 2017 até a data da respectiva subscrição, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço, prazo, forma de subscrição e integralização (“Capital Autorizado”), observadas as disposições previstas no Acordo de Acionistas da Companhia.

Parágrafo 6º. O limite do Capital Autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 7º. Dentro do limite do Capital Autorizado, a Companhia poderá aprovar a criação de Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, observadas as regras do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia que seja aprovado em Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Artigo 6º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais serão convocadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades legais, os acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais mediante o envio de comunicação escrita, com comprovação de recebimento, com no mínimo de 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização.

Parágrafo 2º. Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Parágrafo 3º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos Acionistas presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. As Assembleias Gerais da Companhia, ressalvadas as exceções previstas em lei, somente poderão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 7º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, dependerão de voto afirmativo dos Acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único. A aprovação das matérias abaixo dependerá de aprovação de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia:

- (i) qualquer aumento de capital social da Companhia, exceto nas hipóteses previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia;
- (ii) dissolução, liquidação, pedido de falência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a nomeação do liquidante ou administrador judicial, conforme o caso;



- (iii) redução do capital social da Companhia;
- (iv) alteração do Estatuto Social da Companhia relacionada a (a) objeto social; (b) direitos das ações; (c) redução da competência do Conselho de Administração; e (d) destinação de lucros;
- (v) transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia; e
- (vi) constituição de ônus sobre as ações da Companhia.

Artigo 8º. As deliberações tomadas em Assembleia Geral de Acionistas serão lavradas sob a forma de ata sumária, que vinculará todos os acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando os administradores da Companhia, que deverão seguir estritamente as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º. A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, que serão assessorados por Comitês, com os poderes conferidos pela lei aplicável e por este Estatuto Social.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse nos Livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente.

Parágrafo 2º. Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede social, e não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos de administração em violação ao disposto em tal Acordo de Acionistas.

Parágrafo 3º. Os membros da administração da Companhia permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 10. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição individual, observado o quanto estabelecido nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11. O Conselho de Administração será composto por até 7 (sete) membros efetivos, dos quais 1 (um) será o seu Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. A Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá designar o seu Presidente.

Parágrafo 1º. Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, qualquer membro do Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento de notificação escrita de qualquer acionista ou administrador, para eleger seu



substituto, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, que completará o prazo de gestão em curso.

Parágrafo 2º. Em caso de impedimento temporário ou ausência, o conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração para que esse vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 12. O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessário.

Parágrafo 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer de seus membros, mediante envio de notificação escrita, com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 2º. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira ou segunda convocação, com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente ou na forma do Artigo 13 abaixo. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros.

Parágrafo 3º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos conselheiros presentes, observado o estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo presidente da reunião.

Parágrafo 4º. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

Artigo 13. Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação; (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (e-mail) com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (e-mail) com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos ao presidente da reunião em até 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da reunião.

Parágrafo 1º. O presidente da reunião poderá assinar a ata em nome dos membros do Conselho de Administração que participarem remotamente.

Parágrafo 2º. Observado o disposto no Artigo 13 acima, ao término da reunião, deverá ser lavrada ata no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, a qual será válida se assinada por quantos membros do Conselho de Administração bastem para a aprovação das matérias nela discutidas.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração poderá convidar outros participantes para participar em suas reuniões, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.



Artigo 14. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros eleitos, exceto se de outra forma estabelecido em lei e nas hipóteses previstas no Artigo 15, Parágrafo 1º, abaixo.

Artigo 15. Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades controladas pela Companhia;
- (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia, determinando suas atribuições e funções, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- (iii) fiscalizar a gestão dos diretores, podendo, para tanto, a qualquer tempo, examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos da Companhia;
- (iv) convocar a Assembleia Geral da Companhia, nos casos previstos em lei, nesse Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia, e sempre que julgar conveniente e oportuno;
- (v) manifestar-se a respeito do relatório da administração e das contas da Diretoria;
- (vi) elaborar e aprovar o Orçamento e o Plano de Negócios da Companhia, bem como qualquer de suas alterações;
- (vii) decidir pela contratação, escolha e destituição de auditores independentes da Companhia;
- (viii) aprovar a distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia;
- (ix) constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia e/ou pelas sociedades controladas pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, com exceção daquelas previstas nos termos do Acordo de Acionistas, associações e/ou joint ventures, bem como permitir o ingresso de qualquer pessoa no capital social das sociedades controladas pela Companhia e/ou nos resultados ou lucros dessas sociedades;
- (x) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- (xi) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia, em valor superior, em uma ou mais operações relacionadas, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xii) aprovar a constituição de ônus sobre quaisquer ativos da Companhia e/ou das sociedades controladas pela Companhia para garantia de obrigações de terceiros e/ou de partes relacionadas, exceto em relação a obrigações de subsidiárias da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas pela Companhia e/ou outras subsidiárias da Companhia (inclusive mediante constituição de ônus reais) ou obrigações da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas por uma ou mais de suas subsidiárias (inclusive mediante constituição de ônus reais), as quais, em qualquer caso, não estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração;
- (xiii) aprovar a concessão, pela Companhia e/ou pelas sociedades controladas pela Companhia, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, exceto em relação a obrigações de subsidiárias da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas



pela Companhia e/ou outras subsidiárias da Companhia ou obrigações da Companhia com valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações relacionadas, garantidas por uma ou mais de suas subsidiárias, as quais, em qualquer caso, não estarão sujeitas à deliberação do Conselho de Administração;

(xiv) aprovar a realização de qualquer operação envolvendo a Companhia e/ou as sociedades controladas pela Companhia e suas partes relacionadas, com exceção daquelas previstas neste Estatuto Social e nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia;

(xv) aprovar (a) a contratação de quaisquer empréstimos e endividamentos, em valor superior, em uma ou mais operações relacionadas, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou (b) realização de quaisquer despesas em valor superior, em uma ou mais operações relacionadas, a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e que não estejam previstas no Plano de Negócios; e

(xvi) aprovar o exercício do direito de voto da Companhia, em qualquer sociedade na qual a Companhia detenha ou venha a deter participação direta ou indireta, em especial com relação às matérias mencionadas nos Artigos 15 e no Parágrafo Único do Artigo 7º.

Parágrafo 1º. Os valores previstos no Artigo 15 acima serão corrigidos anualmente, no mês de janeiro, pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo 2º. As matérias constantes dos itens "(ix)", "(x)", "(xii)", "(xiii)" e "(xiv)" do Artigo 15 acima sempre exigirão a aprovação de, no mínimo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. O exercício do direito a voto, pela Companhia nas sociedades controladas pela Companhia, com relação às matérias constantes do item "(ii)" do Parágrafo Único do Artigo 7º desse Estatuto sempre exigirão a aprovação de, no mínimo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI DIRETORIA

Artigo 16. A Diretoria será composta por, no mínimo, 5 (cinco) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Planejamento Estratégico, 1 (um) Diretor Jurídico e de Compliance e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, a qualquer tempo, em reunião própria convocada para este fim, mediante aprovação da maioria dos seus membros, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução.

Parágrafo 2º. Na ausência ou no impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas interinamente pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração, inclusive para fins de representação obrigatória prevista no Artigo 19.

Parágrafo 3º. Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em Reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso.

Artigo 17. Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei



ou pelo presente Estatuto Social, exigida a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, e as reuniões da Diretoria somente se instalarão com presença da maioria dos Diretores em exercício.

Parágrafo 1º. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de seus membros.

Parágrafo 2º. Ao término da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia.

Artigo 19. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, será realizada por:

- (i) 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou, alternativamente, o Diretor Jurídico e de Compliance;
- (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos;
- (iii) isoladamente, por 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos, para a participação em processos licitatórios, dispensas de licitação e outros processos de vendas públicas nos termos da lei vigente; ou
- (iv) perante órgãos públicos nos casos em que não houver assunção de obrigações pela Companhia, por 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos, isoladamente.

Artigo 20. As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente ou, alternativamente, o Diretor Jurídico e de Compliance, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano.

Artigo 21. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou empregado que a envolverem obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do presente Estatuto Social.

CAPÍTULO VII COMITÊS

Artigo 22. Por deliberação do Conselho de Administração, observado o quanto estabelecido nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, poderão ser criados comitês não estatutários na Companhia, que poderão ser 1 (um) Comitê Comercial, 1 (um) Comitê de Risco, 1 (um) Comitê Financeiro e os demais Comitês sem designação específica, que terão por função opinar sobre as matérias de sua competência, conforme suas atribuições, sem qualquer direito de voto.

Parágrafo 1º. Cada um dos Comitês Comercial, de Risco e Financeiro será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros, membros ou não do Conselho de Administração, nomeados pelo Conselho de Administração e com o mesmo prazo de mandato dos conselheiros.

Parágrafo 2º. As atribuições de cada um dos Comitês Comercial, de Risco e Financeiro serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.



Parágrafo 3º. Os Comitês Comercial, de Risco e Financeiro emitirão suas respectivas opiniões sempre que solicitado pelos administradores da Companhia. Para prática de suas funções, os membros dos Comitês Comercial, de Risco e Financeiro terão amplo e irrestrito acesso a todos e quaisquer documentos e informações razoáveis e necessários da Companhia e das sociedades controladas pela Companhia que digam respeito a matérias de sua competência, desde que a solicitação para tal disponibilização seja feita com a antecedência mínima razoável para sua preparação e/ou disponibilização.

Parágrafo 4º. Sem prejuízo do disposto no respectivo regimento interno, os Comitês Comercial, de Risco e Financeiro reunir-se-ão, mensalmente, mediante convocação por qualquer de seus membros.

Parágrafo 5º. Sem prejuízo do disposto nos Parágrafos 1º a 4ª desse Artigo 22, o Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus membros, constituir, instalar e dissolver outros Comitês para assessorar a Administração da Companhia. No momento da constituição de cada um desses Comitês, o Conselho de Administração fixará o número de membros que o comporá, os quais serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, e estabelecerá as funções e atribuições do respectivo Comitê, podendo fixar suas normas de funcionamento e aprovar regimentos internos.

CAPÍTULO VIII CONSELHO FISCAL

Artigo 23. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, os quais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

Parágrafo 2º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

CAPÍTULO IX EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 25. O lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- (i) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, nos termos do Art. 193 da Lei das S.A., que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) a parcela correspondente a, no mínimo, 1% (um por cento) do lucro líquido, ajustado pela dedução referida no item (i) acima, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo; e



(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo 25, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 26. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos inferiores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, podendo com base neles, inclusive, declarar dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO X

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 27. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

CAPÍTULO XI

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 28. Se qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza surgir em relação direta ou indireta a este Estatuto Social ("Conflito"), entre a Companhia, seus acionistas ou administradores, conforme o caso ("Partes Envolvidas"), as respectivas Partes Envolvidas deverão emendar seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade, qualquer das Partes Envolvidas poderá notificar às demais seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por este Artigo, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão reunir-se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé. Exceto se de outro modo estabelecido neste Estatuto Social, caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução, então o Conflito deverá ser resolvido por arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara").

Parágrafo 1º. A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem.

Parágrafo 2º. A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas.

Parágrafo 3º. Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara.

Parágrafo 4º. Os procedimentos previstos no presente Artigo também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro.

Parágrafo 5º. A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades.

Parágrafo 6º. A arbitragem será realizada em língua portuguesa.



Parágrafo 7º. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 8º. A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo 9º. A arbitragem será sigilosa.

Parágrafo 10. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.

Parágrafo 11. As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra essas decisões, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96.

Parágrafo 12. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral.

Parágrafo 13. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

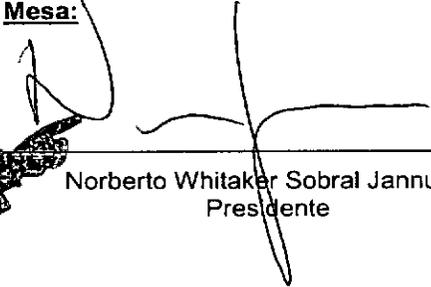
Artigo 29. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

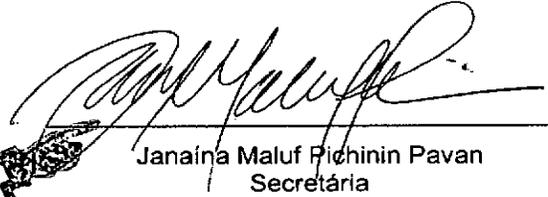




Artigo 30. A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria se abster de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e o presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração deverão se abster de computar votos contrários aos termos do referido Acordo de Acionistas, conforme o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Mesa:


 Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi
 Presidente


 Janaína Maluf Pichinin Pavan
 Secretária

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - BDI AVELINO LUIS MARQUES
 RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7822

Reconhecido por Semelhança S/V. Econômico da(s) firma(s) de
 JANAÍNA MALUF PICHININ PAVAN (06290466), NORBERTO WHITAKER
 SOBRAL JANNUZZI (0505093)
 São Paulo, 23 de Abril de 2019. Cartest. da verdade
 RENATO CARLOS DE SOUZA ESCRIVENTE No 082/230419
 Válido somente com o Selo de Autenticidade Valor: R\$12,50
 1098AA0496468

